

## **INTRODUÇÃO**

A Rede social, criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97 de 18 de Novembro surgiu num contexto de uma nova geração de políticas sociais, que vieram impulsionar um trabalho de parceria alargada, com a responsabilidade de planificar estratégias de intervenção com vista ao desenvolvimento social ao nível local.

A implementação da Rede Social, que obrigou à construção do Diagnóstico Social e do Plano de Desenvolvimento Social em cada concelho do território Nacional, deu origem a um processo de transformação das estruturas e instituições locais, que as levou a participarem, de uma forma integrada, na definição de prioridades e na concretização de respostas. Foi neste contexto que surgiu o primeiro Plano de Desenvolvimento Social 2004-2007, um instrumento construído com base na caracterização do concelho efectuada pelo Diagnóstico Social. Foram definidas as prioridades de intervenção, os objectivos e estratégias, que foram sendo concretizadas através dos Planos de Acção Anuais, com os quais se procurou

## **Plano de Acção/2007**

implementar os Programas e projectos que viessem dar resposta aos problemas identificados.

No entanto, havia uma necessidade real de criar um instrumento legislativo que consagrasse a afirmação desta medida de política social, que reforçasse o seu papel das redes nas decisões para a sua área territorial e que promovesse uma harmonização, quer nos modelos de funcionamento, quer nos processos de planeamento, peças fundamentais para uma melhor distribuição dos recursos no plano nacional, de forma a perspectivar o futuro de cada território a médio prazo. Foi neste enquadramento que surgiu o Decreto - Lei 115/2006 de 14 de Junho, o diploma que consagrou os princípios, finalidades , objectivos, funcionamento e competências dos órgãos. Assim, a nova legislação vai considerar a Rede Social um modelo de organização do trabalho na área do desenvolvimento social essencial para o país, neste sentido urgia promover uma rede ao nível supraconcelhio, tendo sido constituídas Plataformas de âmbito territorial equivalentes às NUT III.

A criação destas estruturas supraconcelhias alimenta-nos a esperança que o debate de estratégias e a harmonização e articulação das iniciativas desenvolvidas ao nível de cada concelho que faz parte da Plataforma,

## **Plano de Acção/2007**

debate este moderado por a entidade máxima dos Centros distritais da Segurança Social, venha promover o aprofundamento do conhecimento dos problemas locais, de forma a serem reconhecidos e tratados a nível nacional segundo as especificidades que os constituem.

Por força da Lei, a Rede Social é o instrumento por excelência de suporte e operacionalização do Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI), instrumento que consagra os objectivos comuns adoptados no Concelho Europeu em 2006 e assim, representa e consubstancia o compromisso do Estado Português com a União Europeia para a promoção da inclusão na Europa.

Conceber a estratégia para a inclusão social, consagrada no PNAI, implicou a concertação e responsabilização partilhada entre o Estado, através dos seus organismos de âmbito central, regional e local. Foram potenciadas reuniões inter – CLAS, que se realizaram ao longo dos últimos anos, nas quais foram recolhidos contributos das várias Redes Sociais para a concretização dos objectivos prioritários locais/ nacionais.

Neste sentido, surgiram orientações no sentido de que os novos Planos de Desenvolvimento Social locais fossem

## **Plano de Acção/2007**

construídos segundo os princípios orientadores e as prioridades políticas inscritas no PNAI.

O concelho de Penacova vai elaborar o seu segundo PDS no ano em que o PNAI 2006-2008 termina. Neste sentido, surgiram-nos algumas dúvidas das directrizes a seguir, uma vez que no final do corrente ano irá surgir o novo PNAI 2009-2011. Optamos por nos orientarmos pelo PNAI que se encontra em vigência, tendo em conta as suas prioridades, embora também tivéssemos tido a preocupação de proceder à análise das prioridades definidas pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN) e outros Planos Nacionais, nomeadamente o Plano Nacional de Emprego, o Plano Nacional de Saúde, o Plano Nacional para a igualdade, entre outros.

O novo PDS foi construído para o triénio 2008-2010, espaço temporal em que se perspectiva dar continuidade e finalizar os projectos iniciados no PDS anterior, que virão dar resposta às prioridades identificadas em 2004. No entanto, assumimos o compromisso de estar atentos ao novo PNAI, que irá surgir em 2009 e reconstruir o PDS de Penacova, segundo as prioridades que forem identificadas nesse documento.

## **Plano de Acção/2007**

Consideramos este novo documento que aqui introduzimos um complemento do primeiro PDS, porque há prioridades que foram definidas para as quais estão a ser desenvolvidas as respostas, mas há outras a que ainda não foi dada resposta que continuam a constituir uma preocupação, quando pensamos na qualidade de vida que alguns grupos da população mais desfavorecidos ainda não têm.

O documento que aqui se apresenta subdivide-se numa I Parte, que contém os Princípios Orientadores da Rede Social, a sua Estrutura Orgânica, a Estratégia Global e Prioridades Políticas inscritas no PNAI e por último, a Articulação e Operacionalização dos instrumentos de Planeamento de Rede Social local com o PNAI.

A II Parte do documento é constituído pela identificação Das prioridades locais identificadas e os problemas sinalizados que ainda persistem, os eixos de intervenção e as prioridades e objectivo geral para cada eixo definido. Procuramos em forma de grelha definir os objectivos da intervenção, as entidades responsáveis, as medidas de Política Social e Parcerias que poderão vir a responder às necessidades identificadas, as medidas, as acções previstas, a população alvo das medidas a adoptar,

## **Plano de Acção/2007**

as metas que nos propomos atingir, os indicadores para a posterior avaliação e os recursos afectos e a afectar.

Por último esta última parte subdivide-se em grandes eixos de intervenção: em anexo ao PDS 2008-2010 é apresentado o Plano de Acção 2008, com o qual pretendemos concretizar os objectivos propostos a curto e a médio prazo. Ou seja, ao longo do ano que se encontra em curso.